

O Novo Portugal e a Nova Espanha

por Mário Soares

Os trinta e um anos da "Revolução dos Cravos" foram festejados em Portugal num ambiente político-social distendido que confirma a ideia de que as eleições legislativas de 20 de Fevereiro último abriram um novo ciclo na vida portuguesa. Obviamente que os inúmeros e graves problemas pré-existentes - como o déficit financeiro, por exemplo, ou o fruste crescimento económico dos últimos três anos - não se eclipsaram, de um dia para o outro, como por milagre. Subsistem. Mas são encarados agora sob uma nova abordagem, menos rígida e angustiada, numa perspectiva de quatro anos - o prazo de uma nova legislatura - para os superar e resolver.

No plano político, o facto mais significativo foi o eclipse - ou mesmo desaparecimento - da Coligação de Direita, formada pelos partidos PSD/PP, que governou Portugal de 6 de Abril de 2002 a 20 de Fevereiro de 2005, com dois sucessivos primeiros ministros: José Manuel Durão Barroso, actual Presidente da Comissão Europeia e, depois da abrupta saída deste, Pedro Santana Lopes. E a consequente vitória da Esquerda, com um PS no Governo, pela primeira vez maioritário, um PCP que estancou a sua descida e um Bloco de Esquerda que teve uma subida espectacular, representando em conjunto quase 60% do eleitorado.

Curiosamente os dois partidos tradicionais de Direita, apesar de coligados no Governo, concorreram às eleições separadamente, o que foi, em si mesmo, um mau indício, para ambos. Depois da histórica derrota de ambos, desfez-se a Coligação e, em congressos partidários sucessivos, que se seguiram, foram mudados os respectivos líderes: no PPD/PSD Marques Mendes, crítico confesso da Coligação de Direita, substituiu o errático Pedro Santana Lopes, primeiro ministro por escassos quatro meses; e no PP, que acentuou de novo a sua vertente CDS (democrata cristão), Ribeiro e Castro, deputado europeu, substituiu o fogo Paulo Portas, antigo ministro da Defesa.

Assim, por estranho que pareça, nenhum dos dois partidos da antiga e derrotada Coligação se reclama agora de Direita pura e dura: O PSD acentuou a sua componente centrista, dita social-democrata; e o PP parece ter deixado cair a sua vertente populista e demagógica para se repositonar no conforto ambíguo e um pouco serôdio da democracia cristã...

Quere dizer: trinta e um anos depois da Revolução de Abril (1974), que cortou cerce com a ditadura salazar-caetanista, a Direita portuguesa que, mesmo antes das eleições de Fevereiro de 2005, tomada de um preocupante revivalismo, anunciava a sua "refundição", com trompas e tambores, desvaneceu-se de novo, sepultada pelo colossal desastre que foi a governação de Durão Barroso, Portas e Santana. O que não representa, de um ponto de vista da Esquerda, forçosamente, uma boa coisa. Porque um partido responsável e assumido de Direita, mas republicano e democrático, no plano institucional, faz falta no leque político português, para assegurar o princípio, fundamental em democracia, da alternância democrática.

O Partido Socialista, de que é hoje Secretário Geral, eleito por votação directa dos militantes, o eng. José Sócrates, actual primeiro ministro, assumiu o novo Governo, composto por socialistas e independentes, de reconhecida competência profissional, com descrição, acentuado bom senso, abertura e certa evidente eficácia. Desde então, tem vivido naquilo que a imprensa chama "estado de graça". As primeiras medidas foram bem acolhidas pela opinião pública. Daí que se criasse, razoavelmente, a expectativa positiva de que o novo ciclo político aberto pelas eleições de Fevereiro, representa um novo élan, moderado e progressista, na linha da Revolução dos Cravos, tendo por metas um desenvolvimento sustentado de dimensão social e ecológica, com observância de um rigor financeiro estrito mas calendarizado, a quatro anos de vista, e a implementação de políticas sociais, de emprego, de cultura, de ciência, das novas tecnologias, de justiça e da inclusão dos mais pobres e da imigração.

Sócrates definiu a Espanha como a primeira prioridade de uma política externa portuguesa - o desenvolvimento integrado e equilibrado do mercado ibérico, sem esquecer um forte intercâmbio cultural, científico e tecnológico - naturalmente no âmbito da União Europeia, a que ambos os Estados pertencem e, também, na convergência de políticas orientadas para a Ibero-América, para o Atlântico e para a área do Mediterrâneo. Foi altamente significativo que a primeira viagem oficial do primeiro ministro português fosse a Madrid, onde teve conversações muito cordeais com o

Presidente do Governo, José Luis Rodriguez Zapatero - numa grande sintonia de posições político-ideológicas, que importa sublinhar - visitando também Sua Majestade o Rei, D. Juan Carlos.

Assim, é legítimo admitir que Portugal e Espanha, tantos séculos de costas voltadas - mesmo durante a vigência do Pacto Ibérico, de Salazar e Franco - situação que se alterou, positivamente, com o advento da democracia em ambos os Estados Peninsulares e agora entra numa fase de relacionamento mais intenso e fecundo. O que é possível por ambos os Estados serem hoje sólidas democracias, no quadro da União Europeia, e a Espanha um país descentralizado, aberto ao reconhecimento das nacionalidades históricas e em vias de ultrapassar o velho centralismo hegemónico de Castela...

Lisboa, 28 de Abril de 2005